

DESPACHO ADMINISTRATIVO**ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 058/2024.**

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL vem por meio deste, apresentar a competente resposta à Impugnação protocolada pela empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no CNPJ sob o nº 61.198.164/0001-60, conforme documento datado de 01/10/2024, acerca do edital de licitação nº 058/2024, que trata da contratação de seguro para um caminhão com equipamentos pertencente à frota da Companhia Campolarguense de Energia (COCEL).

01. Da Legalidade da Exigência do Edital

O item 5.1 do edital estabelece que as seguradoras participantes devem indicar um corretor com sede na cidade de Campo Largo para administrar o seguro. Tal exigência visa garantir que, em caso de sinistro ou necessidade de assistência, a seguradora tenha um representante local que possa atender de maneira ágil e eficaz, resguardando os interesses da Administração Pública e garantindo a pronta execução do contrato.

A Administração Pública, dentro de sua discricionariedade e em conformidade a “Lei nº 13.303/2016”, pode estabelecer condições que assegurem o cumprimento adequado do contrato, desde que razoáveis e proporcionais. A exigência de “indicação” de um corretor local se justifica pelo interesse público em ter um ponto de apoio próximo para a solução de questões relacionadas ao seguro.

02. Da Regularidade da Intermediação por Corretores

Alegações da Impugnante acerca de uma suposta vedação legal à participação de corretores em contratos de seguros com o Poder Público não procedem. A função de corretagem, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 73/66, não proíbe a atuação de corretores em contratos firmados com entes públicos, conforme previsto na legislação. A presença de um corretor local apenas fortalece a relação entre a seguradora e a administração, sem infringir a legislação vigente.

03. Da Preservação do Princípio da Competitividade

Quanto à alegação de que a exigência do corretor local restringe a competitividade, cumpre ressaltar que essa medida visa atender ao interesse público de garantir que as seguradoras contratadas ofereçam um serviço eficaz, especialmente em situações de emergência, como sinistros, em que uma resposta rápida e eficiente é crucial.

Além disso, a exigência não gera violação ao princípio da isonomia. Todas as seguradoras que atuam no mercado nacional têm a possibilidade de indicar um corretor local, desde que atenda às condições previstas no edital. A indicação de corretores em cidades específicas é prática comum e não inviabiliza a participação de empresas que operam em nível nacional.

04. Da Possibilidade de Manutenção do Edital

A exigência estabelecida no item 5.1 do edital não infringe os princípios constitucionais de legalidade, igualdade e competitividade, conforme argumentado pela Impugnante. Pelo contrário, a disposição visa garantir que a Administração Pública tenha a segurança necessária para uma boa execução contratual. Portanto, entendemos que não há razão para suprimir o referido item ou alterar o edital conforme solicitado pela Impugnante.

05. Conclusão

Diante do exposto, **o pedido de impugnação é improcedente**, uma vez que a exigência impugnada está em consonância com os princípios da Administração Pública e com o interesse público.

06. Encaminhem-se os autos ao Agente de Licitação responsável, visando intimar as partes envolvidas, bem como, que proceda a regular publicação do referido Despacho Administrativo perante o site da COCEL.

07. Deste modo, permanece inalterada a data da sessão de abertura, estabelecida para **08 de outubro de 2024, às 09:00 horas**.

Campo Largo, 04 de outubro de 2024.

NELSON CHAGAS

Diretor Administrativo